



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 80, de 2015 (Mensagem nº 475, de 11 de novembro de 2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

RELATOR: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor PEDRO MOTTA PINTO COELHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

Nascido em Ipueiras, Ceará, em 18 de agosto de 1950, filho de de Gerardo Majella Mello Mourão e de Léa Barros de Carvalho e Mello Mourão,

Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 21, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706 – Fax (61) 3303-6714
sergiopetecao@senador.gov.br



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

ingressou em 1976 na carreira diplomática, no posto de Terceiro-Secretário. Concluiu em 1981 o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático do Instituto Rio Branco e, em 1991, o Curso de Altos Estudos da mesma instituição, quando defendeu tese intitulada “A Revolução de 1817 e a História Diplomática do Brasil”.

O ilustre diplomata ascendeu a Conselheiro em 1988; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e finalmente foi promovido a Ministro de Primeira Classe, em 2005. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as Coordenador de Ensino e Diretor do Instituto Rio Branco, entre 1987 e 1990; Assessor Especial da Secretaria-Geral, de 2004 a 2005; Diretor do Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, de 2005 a 2006; Diretor do Departamento do México, América Central e Caribe, entre 2006 e 2010; e Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, de 2013 até o presente.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Embaixada em Londres, de 1990 a 1993; Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Assunção, de 1993 a 1996; Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Paris, de 1996 a 2001; Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Lisboa, de 2001 a 2004; Enviado Especial para Assuntos da MINUSTAH em missão transitória, na Embaixada em Porto Príncipe, em 2004; e Embaixador em Copenhague, cumulativamente com a Embaixada em Vilnius, de 2010 a 2013.

O diplomata indicado, ao longo de sua carreira, fez jus a diversas condecorações, entre as quais, a Ordem do Mérito da Defesa, no grau de Comendador, do Brasil; a Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, do Brasil; a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, do Brasil; e a Grã-Cruz da Ordem de Dannerborg, da Dinamarca.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em Lisboa, em 17 de julho de 1996, na Cimeira Constitutiva de Lisboa, em torno de três objetivos gerais, definidos nos Estatutos da Comunidade: a concertação político-diplomática entre os seus membros; a cooperação econômica, social, cultural e técnico-científica; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa.



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

Atualmente é integrada pelos nove países lusófonos – Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Na origem da CPLP está uma iniciativa do Governo brasileiro: a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) por ocasião da Reunião de Cúpula de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em 1989. O IILP é identificado como o primeiro instrumento institucional da CPLP e tem sede na cidade de Praia, em Cabo Verde.

Os órgãos decisórios da CPLP são a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Cúpula CPLP), que ocorre a cada dois anos; a Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada anualmente; e o Comitê de Concertação Permanente (CCP), integrado pelos representantes dos nove países junto ao Secretariado Executivo da CPLP e reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

A Presidência da CPLP é rotativa com mandato de dois anos e é ocupada pelo país que tiver hospedado a última Conferência. Timor-Leste assumiu a presidência por ocasião da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Díli, em 23 de julho de 2014, sucedendo Moçambique (2012-2014) e Angola (2010-2012).

Em 2016, será a vez de o Brasil sediar a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, assumindo, pela segunda vez a Presidência da CPLP.

O Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, é o órgão operacional da organização. Ele conta hoje com cerca de 30 funcionários. Desse total, cinco são funcionários de governos dos Estados membros cedidos à CPLP.

A CPLP conta com duas fontes de financiamento. A primeira é o orçamento de caráter anual, custeado por contribuições obrigatórias dos Estados membros. A contribuição do Brasil (que é, desde 2013, o maior contribuinte isolado) estabelecida para os orçamentos de 2015 e de 2016 é de 768 mil euros por ano, o que representa 30,37% do atual orçamento da Comunidade. A segunda fonte de financiamento é o Fundo Especial, alimentado por contribuições voluntárias e que visa a custear programas de cooperação, projetos e ações pontuais.



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

No plano político, o da concertação político-diplomática, os interesses brasileiros estão associados ao empenho do Governo em garantir uma presença qualificada na nova arquitetura internacional, em particular nos foros em que são discutidos os grandes temas globais e de interesse do Brasil. Tal empenho requer o planejamento e a execução de uma diplomacia que se oriente por distintos vetores. Um desses vetores, sem dúvida, são os países de língua portuguesa e a CPLP.

A África de língua portuguesa oferece, ademais, ao Brasil a oportunidade de instalar pontes de contato com várias regiões da África. O diálogo mais estreito propiciado pela CPLP, em seus múltiplos níveis, envolvendo um número francamente crescente de interlocutores, em variados campos, cria ambiente mais acolhedor à presença do Brasil e de brasileiros nesses países. Pode igualmente redundar, como tem acontecido, no fortalecimento da posição negociadora dos países do Hemisfério Sul. Esse diálogo tem também ajudado o Brasil a conseguir votos para os cargos para os quais tem apresentado candidatos no sistema das Nações Unidas.

Se a língua, a convergência de interesses, os elementos históricos e culturais comuns ditaram a criação da Comunidade, a cooperação representa um dos pilares da integração comunitária, com potencial para reforçar e multiplicar os laços que unem os países de língua portuguesa. A cooperação desenvolvida sob a égide da CPLP tende a ampliar-se e consolidar-se cada vez mais em espaço próprio, em relação à cooperação bilateral, o que a torna crescentemente reconhecida e necessária.

No plano da promoção da língua portuguesa, a CPLP logrou realizar em 2010 e 2013 duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, havendo uma terceira conferência prevista para acontecer em Timor-Leste em 2016.

O maior desafio enfrentado hoje pela CPLP consiste na gestão de seu próprio crescimento, já que a agenda da organização abrange atualmente uma imensa diversidade de temas. Especialmente no plano da cooperação, é imperativo estabelecer coordenação mais estreita entre as várias instâncias competentes, de moro a dar materialidade aos planos estratégicos mais adotados.



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, temas como mobilidade de pessoas no espaço da Comunidade, incremento da cooperação comercial e mecanismos de participação da sociedade civil vêm sendo apontados como desafios que a CPLP precisará equacionar em sua terceira década de existência.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator